

# Santa Rita S.A. – Terminais Portuários

CNPJ/MF nº 10.228.340/0001-28

## Relatório da Administração

são de Valores Mobiliários – CVM. A Santa Rita é uma empresa que atua no segmento portuário, e acredita que o crescimento do País depende de investimentos em infra-estrutura. Assim, dirige suas atividades para essa área estratégica, com participação em empresa atuante no mesmo setor. Mais uma vez reafirmamos nossa vocação para agregar valores provenientes da operação de ativos de infra-estrutura na área portuária e estamos

confiantes com a nossa estratégia nesta área. Nossas ações confirmam o compromisso com o crescimento através da adição de valor para acionistas e parceiros. Através do investimento em estudos de viabilidade e da capacidade técnica e profissional da Companhia, ratificamos nossa filosofia de crescimento utilizando sempre princípios éticos.

A Administração

### Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Adiantamento a fornecedores	6	23	30	23
Impostos a recuperar		4	5	5
Total do ativo circulante	27	35	27	35
<b>Não circulante</b>				
Investimentos	7	70.200	70.200	-
Imobilizado	8	9.342	7.051	70.205
Intangível				
Total do ativo não circulante		79.546	77.256	79.546
Total do ativo	79.573	77.291	79.573	77.291

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	21	446	21	446
Salários, provisões e contribuições sociais	16	15	16	15
Imp., taxas e contribuições	10	14	48	14
Total do passivo circulante	51	509	51	509
<b>Não circulante</b>				
Operações partes relacion.	11	-	1.952	-
Total do passivo não circul.			1.952	1.952
<b>Patrimônio líquido</b>	12			
Capital social	80.274	75.329	54.024	45.329
Prejuízos acumulados	(7)	(439)	(673)	(439)
Participação de acionistas não controladores	-	-	26.171	29.940
Total do patrimônio líquido	79.522	74.830	79.522	74.830
Total do passivo e do patrimônio líquido	79.573	77.291	79.573	77.291

### Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Nota 31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
<b>Desp. operac., líquidas</b>				
Remun. de administradores e despesas gerais e administrativas	13	(126)	(128)	(126)
Res. de equív. patrimonial	7	(33)	(27)	-
Total das despesas operacionais, líquidas		(251)	(443)	(250)
<b>Resultado financeiro</b>				
Despesas financeiras	(2)	(2)	(3)	(2)
Prejuízo líquido do exercício		(253)	(445)	(253)
<b>Resultado aos:</b>				
Acionistas controladores		(253)	(445)	(226)
Acionistas não controladores		-	-	(27)
Prejuízo líquido por ação básico e diluído – R\$		15	(0,0010)	(0,0018)

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nesta demonstração do resultado.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora) – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Capital		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Subscrito	a integralizar		
Saldos em 31/12/2009	250.000	(174.671)	(499)	74.830
Por conversão de AFAC em capital	-	4.945	-	4.945
Prejuízo do exerc. findo	-	-	(253)	(253)
Saldos em 31/12/2010	250.000	(169.726)	(752)	79.522

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Consolidado) – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Capital integralizado		Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido dos acionistas controladores	Patrimônio Líquido dos acionistas não controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
	Subscrito	a integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2009	220.000	(174.671)	(439)	44.890	29.940	74.830
Por conversão de AFAC em capital	-	4.945	-	4.945	-	4.945
Aquisição de participação de acionistas não controladores	3.750	-	(8)	3.742	(3.742)	-
Prejuízo do exercício findo	-	-	(226)	(226)	(27)	(253)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	223.750	(169.726)	(673)	53.351	26.171	79.522

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

**1. Informações sobre a Companhia** – A Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita" ou "Companhia"), constituída em 15 de julho de 2008, tem por objeto específico instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários e a participação em outras sociedades desde que relacionados com o objeto principal da Companhia. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, realizando investimentos para o desenvolvimento e implantação do projeto "Brasil Intermodal Terminal Santos – Brites (ou Terminal Brites). Para a construção do terminal portuário, a Administração da Companhia estima um investimento de aproximadamente R\$1 bilhão (1). O projeto está em fase de desenvolvimento e obtenção de licenças ambientais. Estimamos que até o segundo semestre de 2011 a fase de desenvolvimento do projeto estará concluída, sem a previsão de investimentos relevantes antes desta data.

**a) Controladas:** Em 31 de dezembro de 2008, a participação relevante da Santa Rita, consiste na TPB – Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB"), constituída em 25 de junho de 2008, uma sociedade limitada que possui seu capital social totalmente formado através da versão da área denominada Gleba Santa Rita, localizada na Baixada Santista, no Estado de São Paulo, com potencial aproveitamento para implantação de um terminal portuário, avaliado a valor de mercado no montante de R\$70.200, conforme laudo de avaliação preparado por especialistas contratados. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 17 de março de 2011.

(1) Valor não revisado pelos auditores independentes.

**2. Políticas contábeis** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade em operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. **2.1. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente** – (i) **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos entre partes relacionadas e recebíveis conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e outros créditos a receber. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. (ii) **Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração. Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **2.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** – Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registra nenhum ajuste. **2.3. Imobilizado:** A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo histórico, considerando que: (i) a Companhia está em fase pré-operacional, e não possui ativos imobilizados relevantes; (ii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. Os bens registrados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada para as máquinas, equipamentos e aparelhos da Companhia é de 10 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.4. Ativos Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **Custos de pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando

sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Provisões:** **Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são constituídas, quando necessário, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.7. Prejuízo por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. **2.8. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de despesas, ativos e passivos na base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** Os principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. (i) **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **4. Adoção inicial dos CPCs** – Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Desta forma a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs. O deságio, no montante de R\$ 2.031, resultante do valor justo atribuído na negociação entre a controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("TPI") e Sr. Joaquim da Rocha Brites, conforme (memorando de entendimentos) de 05/06/2008, foi revisado e classificado como uma redução do ativo TPB, de acordo com o entendimento do ICPC 09 item 73 a) tendo como contrapartida impacto no saldo de prejuízos acumulados na TPB. Para a Companhia, foi reconhecido equivalência negativa em contrapartida da reversão do deságio registrado na TPB. Estes registros contábeis não produziram ajustes a serem reconhecidos pelos CPCs, desta forma, a Companhia não apresenta o balanço patrimonial referente aos saldos de abertura. **Isenções adotadas:** O CPC 37 R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia, com base em suas operações anteriores, efetuou análise de todas as isenções voluntárias permitidas e verificou que tais isenções não são aplicáveis e não impactam nas demonstrações financeiras na data da adoção inicial, desta forma, a Companhia não apresenta o balanço patrimonial referente aos saldos de abertura. **5. Demonstrações financeiras consolidadas** – Em atendimento ao art. 249 da Lei nº 6.404/76, observando o disposto na Instrução CVM nº 247/96, estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas. As Demonstrações Financeiras consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia, de suas controladas na proporção das participações apresentadas a seguir:

Companhias	Controle	Participação (%) Direta	
		2010	2009
TPB – Terminal Portuário Brites Ltda.	Controlada	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi eliminado o investimento e todas operações e saldos contábeis entre as companhias. Os saldos do balanço patrimonial e do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 da controlada utilizados na consolidação está apresentado a seguir:

	2010		2009	
	Ativo não circulante (i)	70.200	70.200	70.200
Total do ativo	70.200	70.200	70.200	70.200
Patrimônio líquido (i e ii)	70.200	70.200	70.200	70.200
Total do passivo e patrimônio líquido	70.200	70.200	70.200	70.200
Despesas operacionais, líquidas de outras receitas	(33)	(27)	(33)	(27)
Prejuízo do exercício	(33)	(27)	(33)	(27)

(i) Para fins de adoção inicial dos CPCs, os saldos do Ativo e do Patrimônio Líquido da TPB sofreram alterações conforme descrito na nota explicativa nº 4. (ii) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital na controlada, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido. **6. Adiantamento a fornecedores** – A Companhia possui compromissos assumidos advindos de contratos firmados com prestadores de serviços, para os quais vêm sendo efetuados os correspondentes adiantamentos. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos adiantamentos concedidos é de R\$23 (R\$30 em 31 de dezembro de 2009), tanto na controladora quanto no consolidado.

### 7. Investimentos – a) Investimentos permanentes

Investimentos	Equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em 31/12/09	Investimentos permanentes em 31/12/10
TPB	70.200	100%	70.200

### b) Movimentação do investimento permanente

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/09	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado patrimonial e equív. em 31/12/10	Investimentos permanentes em 31/12/10
TPB	70.200	33	(33)	70.200

### 8. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	Máquinas equipam. e aparelhos	Máquinas, equipam. Portuários e outros	Máquinas, equipam. Portuários e outros	Total
<b>Custo</b>				
Em 31/12/2009	5	5	70.200	70.205
Adições	-	-	-	-
Em 31/12/2010	5	5	70.200	70.205
<b>Depreciação</b>				
Em 31/12/2009	-	-	-	-
Despesa de depreciação no exercício	(1)	(1)	-	(1)
Em 31/12/2010	(1)	(1)	-	(1)
Valor residual líquido:				
Em 31/12/2010	4	4	70.200	70.204
Em 31/12/2009	5	5	70.200	70.205
Taxas de depreciação	10%	10%	-	-

O saldo do imobilizado é constituído pela área denominada Gleba Santa Rita, localizada na Baixada Santista, no Estado de São Paulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, item a).

### 9. Intangível

Desenvolvimento de projetos:	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Santa Rita	9.342	7.051

Referem-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos portuários e para obtenção da licença ambiental na primeira fase do projeto conforme nota explicativa nº 1. **10. Impostos, taxas e contribuições** – Os saldos de obrigações sociais e trabalhistas a pagar são assim compostos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Imposto de Renda Retido na Fonte INSS	3	13
Imposto Sobre Serviços	-	2
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	11	30
	14	48

**11. Operações com partes relacionadas** – O saldo no montante de R\$1.952 em 31 de dezembro de 2009 referente a adiantamento recebido da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. efetuado para pagamento de despesas da Companhia que encontra-se em fase pré-operacional, foi reclassificado em 2010 contra o saldo de capital a integralizar no Patrimônio Líquido. **12. Patrimônio Líquido** – O capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é composto a seguir:

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>Atividades operacionais</b>				
Prejuízo do período	(253)	(445)	(253)	(445)
<b>Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa</b>				
Depreciação	1	-	1	-
Resultado de equivalência patrimonial	33	27	-	-
Redução em contas de adiantamentos e outros valores a receber	8	(18)	8	(18)
Variações em Fornecedores	(425)	404	(425)	404
Obrigações sociais e trabalhistas	1	15	1	15
Impostos e contribuições a pagar	(34)	19	(34)	19
Fluxo de caixa liq. aplic. em ativ. operac.	(669)	2	(702)	(25)
<b>Atividades de investimento</b>				
Investimentos em controladas e coligadas	(33)	(27)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	-			